

Resumo de notícias econômicas

07 de junho de 2021 - *(segunda-feira)*

Ano 3 n. 104

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 07 DE JUNHO DE 2021

Agronegócio espalha renda no interior (07/06/2021)

O Estado de S. Paulo

Os polos do agronegócio vivem hoje forte aceleração de investimentos. Os recursos são aplicados em toda a cadeia: da expansão da plantação à construção de fábricas de processamento, em equipamentos e até na logística. O dinheiro novo que chega a pequenos municípios espalha a riqueza gerada pela alta de cerca de 60% dos preços em dólar das commodities no último ano. E essa receita foi turbinada pela safra recorde de grãos.

O bom momento do agronegócio já apareceu no resultado do PIB do primeiro trimestre, que avançou 1,2%. Boa parte dele foi sustentado pelo crescimento da agropecuária (5,7%). Mesmo com a pandemia, o setor continuou acelerado nas exportações e nos investimentos.

Não há dados consolidados sobre os investimentos privados no setor, mas existem indicações de um forte movimento de expansão. De acordo com a assessoria econômica do Bradesco, em 12 meses até abril, 27 novos empreendimentos foram anunciados. Eles estão voltados basicamente para a cadeia de processamento de carnes e grãos e somam mais de R\$ 7 bilhões. Por dois meses seguidos, o total de aportes cresceu a uma taxa superior a 20%. Priscila Trigo, economista responsável pelo estudo, pondera que os dados são parciais, pois o produtor não divulga investimento.

Mas o Rabobank, que atua no agronegócio, capta a parte oculta desse movimento. Neste ano, o banco teve crescimento de 20% em relação a 2020 no número de propostas dos clientes em busca de recursos para investimentos. “Percebemos um apetite maior para investimento por parte de cooperativas, grandes produtores rurais e cadeias de processamento”, conta a diretora, Fabiana Alves. É o maior avanço em três anos.

Enquanto em 2015 houve seca, câmbio e preços das commodities desfavoráveis e redução do crédito, hoje o momento é exatamente o oposto. O setor vem de duas safras com clima favorável, preços das commodities em alta, câmbio desvalorizado e crédito com juros baixos. Em alguns momentos, o crédito privado está até mais barato do que o oficial, observa o economista André Pessoa, presidente da Agroconsult. Ele frisa que esse é um fator importante que, somado a outros, turbina o investimento. “Os produtores estão com o pé embaixo no investimento. É um boom.” Só no campo, a estimativa de Pessoa é que a área plantada com grãos na safra 2021/2022 seja ampliada em 3 milhões de hectares. Isso sinaliza que a indústria terá que atender a uma demanda maior por máquinas, fertilizantes, silos, defensivos, implementos, caminhões, fábricas para processamento a fim de suportar esse crescimento, exemplifica o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados e ex-secretário de Política Econômica.

Commodities ganham espaço em carteiras ante alta mundial de preços (07/06/2021)

Broadcast

As ações de empresas ligadas a commodities, em especial minério de ferro e petróleo, continuam a conquistar espaço na maior parte das carteiras semanais e mensais de corretoras. A expectativa do mercado é de que o ciclo dos insumos continue favorável neste ano, com a perspectiva de recuperação robusta da economia global e da manutenção de taxas de juros ainda baixas. “O crescimento do PIB brasileiro é fortemente correlacionado com o ciclo de commodities. Apesar de estimativas oficiais do IBGE mostrarem que apenas 8% da economia é composta por commodities, o setor representa mais da metade das exportações, e muito mais quando se consideram os impactos indiretos também”, escreveram os analistas da XP, Fernando Ferreira e Jennie Li, em relatório divulgado nesta semana.

A Vale anunciou a paralisação do complexo de Mariana (MG), para atender a notificação da Superintendência Regional do Trabalho de interdição das atividades em áreas próximas à barragem Xingu, da Mina Alegria. Segundo a empresa, a medida terá impacto na produção local de 40,5 mil toneladas de finos de minério de ferro por dia.

Embora o efeito financeiro no curto prazo seja considerado baixo por casas de análise, a segurança das operações da mineradora traz preocupação.

A Ágora, por exemplo, adicionou Usiminas PNA e Petrorio ON à sua carteira. Além disso, a corretora acrescentou Guararapes ON e Simpar ON. Foram retiradas BR Distribuidora ON, C&A ON, Ecorodovias ON e Itaúsa ON.

A Guide incluiu Espaçolaser ON, Ômega Geração ON e SLC Agrícola ON, enquanto retirou BTG Pactual Unit, Mosaico ON e Petrorio ON. “A forte valorização recente do minério no mercado internacional e a maior demanda da China”, diz o analista Luis Sales. A Órama fez apenas uma alteração nas escolhas: retirou Ambev ON e colocou CSN ON no lugar. “A escolha vem em linha com a perspectiva de crescimento em setores básicos que consequentemente irão impulsionar os resultados da empresa no decorrer do ano de 2021”, afirma a corretora.

O Pronampe como política permanente (07/06/2021)

Broadcast

Criado em maio de 2020 em caráter de emergência para socorrer empresas cujas finanças haviam sido seriamente comprometidas pela crise decorrente da pandemia, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) tornou-se uma política oficial de crédito permanente. Projeto de iniciativa do Congresso Nacional aprovado em 11 de maio foi sancionado pelo presidente Bolsonaro.

O fato de as operações serem garantidas por recursos públicos, por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), permite que empreendimentos em dificuldades para comprovação de garantias normalmente exigidas em financiamentos bancários tenham acesso a crédito. Relatora no Senado do projeto do Pronampe que deu a forma final ao programa, a senadora Kátia Abreu observou que, embora maltratadas no País há décadas, as micro e pequenas empresas respondem por 18 milhões de empregos e por 27% do PIB.

Para parte delas, a instituição emergencial do programa de crédito há pouco mais de um ano evitou o encerramento de suas atividades por causa da pandemia. O Ministério da Economia – que participou do debate do projeto de lei por meio da

Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade – informa que, de sua criação até o fim do ano passado, o programa permitiu a contratação de financiamentos de R\$ 37,5 bilhões, em 516,9 mil operações. Sua renovação, por isso, era reivindicada pelas empresas.

A perenização do Pronampe veio acompanhada do aumento do custo para o tomador do empréstimo. Na versão que vigorou no ano passado, os juros correspondiam à taxa Selic mais 1,25% ao ano. Na sua forma definitiva agora em vigor, o custo passa a ser o da Selic acrescido de até 6%. Trata-se de um aumento significativo. Mesmo assim, como observou o Ministério da Economia, o custo da operação continua vantajoso para o tomador do empréstimo. Considerado o novo acréscimo sobre a Selic, a taxa do Pronampe continua inferior à taxa média observada no mercado financeiro para essas operações, que varia de cerca de 30% a 38,5% ao ano.

Economia resiste à nova tabela do IR (07/06/2021)

Folha de São Paulo

Promessa da campanha eleitoral ainda não cumprida pelo presidente Bolsonaro, o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) entrou forte na discussão da reforma tributária no Congresso e vai exigir da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, jogo de cintura para compensar a perda de arrecadação sem comprometer a espinha dorsal do desenho das outras mudanças previstas no sistema tributário.

Uma das preocupações entre os técnicos do Ministério Economia é de que o debate em torno do IR, sempre muito acalorado e popular, não ofusque e atrapalhe a aprovação da reforma tributária na Câmara este ano. Além da criação de um projeto que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituindo os impostos Pis/cofins, a proposta de reforma fatiada inclui um projeto amplo que o governo planeja na tributação do IR tanto das empresas como das pessoas físicas, inclusive com alterações nas aplicações de investimentos de renda fixa. O projeto de reforma no IR está em fase final de elaboração para ser validado pelo presidente.

Com a eleição em 2022, o Congresso já deu sinais de que vai trabalhar para um aumento maior da isenção, enquanto a equipe econômica trabalha com a possibilidade de elevar para o limite um patamar até R\$ 2,5 mil, considerado baixo pelos parlamentares depois de anos sem correção da tabela. Uma corrente forte no Congresso quer aumentar o limite para R\$ 4 mil e outra defende um meio termo para a faixa de isenção subir para R\$ 3 mil.

A última vez que a tabela do IPRF foi corrigida pela inflação ocorreu em 2015. O represamento da correção é motivo de insatisfação na população que é atingida pela mordida da Receita. Hoje, a isenção só vale para quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês. Nas eleições de 2018, Bolsonaro prometeu aumentar a faixa de desoneração para até cinco salários mínimos.

Para desonerar de um lado, o governo terá que pesar a mão em outros pontos das mudanças no IR, se não quiser perder arrecadação. Pelo projeto em discussão, a alíquota do IR cobrado das empresas deve cair de 25% para 20%, num prazo de dois anos. Para compensar, o governo deve propor a volta da tributação dos lucros e dividendos para a pessoa física.

Agronegócio puxa emprego em obras civis e no comércio (07/06/2021)

O Estado de S. Paulo

Os investimentos no agronegócio funcionam como alavanca na geração de emprego e renda em cidades do interior. Municípios nos quais a agricultura e a pecuária pesam na economia local o dobro da média nacional geraram em abril deste ano um volume de vagas formais duas vezes maior do que as demais cidades na comparação com o mesmo mês de 2020, mostra um estudo da assessoria econômica do Bradesco.

As vagas formais abertas não foram necessariamente no setor agrícola, mas no comércio e na construção civil, principalmente. No município de Bebedouro (SP), há hoje cerca de mil pessoas trabalhando na construção da fábrica de pectina da Cargill. A obra começou em 2020, e a unidade, inicialmente orçada em R\$ 550 milhões, entra em operação em meados do ano. Cerca de 50% da cifra faz parte do pacote de quase R\$ 1 bilhão que a companhia investiu no País em 2020. Com mais da metade da

produção voltada para exportação, a nova fábrica poderia ser instalada na Flórida (EUA) ou no México. Mas a multinacional escolheu o Brasil por causa da disponibilidade de matéria-prima, além de oferta de mão de obra e condições de infraestrutura, conta Laerte Moraes, diretor.

A pectina, espessante usado pela indústria de alimentos, é extraída da casca da laranja, e Bebedouro é um polo de citricultura. “Não tenho dúvida de que a cidade toda se reconfigura quando ocorre um investimento desse porte, com novas demandas para o comércio.”

A Coamo, de Campo Mourão (PR), maior cooperativa singular da América Latina, com receita de R\$ 20 bilhões, distribuiu em 2020 R\$ 504 milhões em resultados a 30 mil cooperados. Esse dinheiro irrigou as economias das 71 cidades espalhadas entre Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, onde a cooperativa atua, conta o presidente, Airton Galinari. Mas o grosso da injeção de recursos da cooperativa nas cidades do interior ocorre por meio de investimentos. Neste ano, a Coamo começa a construção de uma fábrica de ração em Campo Mourão, onde serão investidos R\$ 81 milhões. Essa cifra faz parte de um pacote de R\$ 425 milhões previstos para 2021, que serão aplicados também na modernização de duas indústrias de óleo no Paraná e duas novas unidades da cooperativa no Mato Grosso do Sul. Em 2020, foram aplicados R\$ 414 milhões. Metade foi para a construção do terminal no Porto de Paranaguá (PR).

A Jacto, fabricante de implementos agrícolas e o maior empregador de Pompeia (SP), iniciou neste ano a construção de uma nova fábrica. Hoje são 50 pessoas trabalhando na obra, mas, no pico da construção, serão 700 trabalhadores, prevê Fernando Gonçalves Neto, diretor presidente. A fábrica será o dobro da atual e é o maior investimento da história da companhia, que faturou R\$ 1,3 bilhão e tem 73 anos.

Rio faz manobra para driblar o limite de gastos (07/06/2021)

O Globo

Sob o pretexto de atender às exigências do programa de socorro federal, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou uma lei que na verdade burla as regras de contabilidade de gastos com pessoal e retoma a maquiagem que, no

passado, já permitiu ao Estado driblar os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto aguarda sanção do governador do Rio, Cláudio Castro. O projeto de lei foi subscrito por 24 deputados, entre eles André Ceciliano (PT), atual presidente da Alerj. Na exposição de motivos, os parlamentares do Estado deixam claro que o texto busca evitar que o Judiciário estoure o limite de gastos com pessoal imposto pela LRF, de 6% da Receita Corrente Líquida (RCL), o que travaria a possibilidade de realizar qualquer aumento de salário ou benefício.

A proposta diz que os royalties de petróleo são receitas previdenciárias e, por isso, os gastos com aposentadorias e pensões bancadas com esse dinheiro podem ser descontados do cálculo das despesas de pessoal, com divisão proporcional a todos os poderes. Na prática, órgãos que excedem seus gastos com salários e vantagens poderiam cumprir artificialmente os limites da legislação federal. A despesa com pessoal do Judiciário estadual chegaria a 7,72% da Receita Corrente Líquida sem o projeto de lei, bem acima do limite de 6% previsto na LRF. Com o desconto das receitas obtidas com royalties, o percentual cairia a 4,46%, “cumprindo” a LRF.

A manobra já era utilizada no passado pelos governos estaduais, incluindo o Rio de Janeiro, por meio da vinculação de receitas de royalties aos fundos previdenciários. No entanto, o Congresso Nacional fechou essa brecha por meio da Lei Complementar 178, que reformou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para Estados em dificuldades e aprimorou a LRF para acabar de vez com a maquiagem na contabilidade dos governos regionais.

Para técnicos do governo federal, a lei aprovada pela Alerj representa uma afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal. Caso seja sancionada pelo governador Cláudio Castro, a maquiagem pode influenciar na decisão da União de homologar ou não o plano de recuperação fiscal do Rio de Janeiro. Recentemente, o Estado foi o primeiro a pedir adesão ao novo RRF, o programa de socorro do governo federal. O prazo para a homologação é de até 180 dias após a adesão.

O Rio está em recuperação fiscal desde 2017 e, pela lei original, teria três anos de suspensão de dívidas e outros três anos de retomada gradual dos pagamentos à União. No entanto, o Estado ainda não conseguiu pôr as finanças em ordem e frustrou

projeções de cortes em benefícios fiscais – pelo contrário, acabou aprovando nove incentivos novos desde o ingresso no socorro.

Escassez global desafia fábrica ‘enxuta’ (07/06/2021)

Reuters

Na história de como o mundo moderno foi construído, a Toyota se destaca como a mente por trás de um avanço extraordinário na eficiência industrial: a montadora japonesa foi pioneira na chamada produção “Just In Time”, na qual as peças são entregues às fábricas exatamente quando são necessárias, reduzindo a necessidade de estoque. Ao longo dos últimos 50 anos, essa abordagem cativou empresas em setores muito além do automotivo. Da moda ao processamento de alimentos, passando pelos produtos farmacêuticos, as companhias adotaram o modelo Just In Time para se manterem ágeis, possibilitando que se adaptassem às novas demandas do mercado e, ao mesmo tempo, cortassem custos.

Mas o desarranjo provocado pela pandemia colocou em xeque as vantagens de reduzir os estoques, e alguns setores ficaram muito vulneráveis a interrupções. A economia de muitos países ao redor do mundo se viu atormentada pela escassez de uma vasta gama de produtos – de eletrônicos a madeira e roupas. Em uma época de turbulência na economia global, o Just In Time está atrasado. “É como se a cadeia de suprimentos ficasse descontrolada”, disse Willy C. Shih, da Harvard Business School. “Na corrida para chegar ao menor custo, as empresas concentraram o risco. Estamos vivendo a conclusão lógica de tudo isso”.

O exemplo mais visível da dependência excessiva ao Just in Time está na própria indústria que o inventou: as montadoras foram prejudicadas pela escassez de chips – componentes vitais para automóveis, produzidos principalmente na Ásia. Sem produtos suficientes, as fábricas de automóveis da Índia até os Estados Unidos e o Brasil se viram forçadas a interromper as linhas de montagem.

Mas a amplitude e a persistência da escassez revelam até que ponto a ideia do Just in Time veio a dominar a vida comercial. Ela ajuda a explicar por que a Nike e outras marcas de vestuário estão sofrendo para estocar produtos no varejo. E é uma

das razões pelas quais as construtoras estão tendo problemas para comprar tintas. O Just in Time foi uma das principais causas da trágica escassez de equipamentos de proteção individual no início da pandemia, o que deixou os profissionais de saúde da linha de frente sem equipamento adequado.

A escassez na economia mundial decorre de fatores além dos estoques. A covid-19 afastou trabalhadores portuários e caminhoneiros, impedindo a descarga e distribuição de mercadorias que eram feitas em fábricas na Ásia e que chegavam de navio. A pandemia desacelerou as operações de serraria, causando uma escassez de madeira que impediu a construção de casas nos EUA. E tempestades de neve, que fecharam fábricas petroquímicas no Golfo do México, restringiram produtos-chave. Algumas empresas ficaram expostas, uma vez que estavam funcionando com margens enxutas quando a crise começou. E muitas combinaram sua dedicação ao Just In Time com a dependência a fornecedores em países de baixos salários, como China e Índia, transformando qualquer interrupção no transporte global em um problema imediato. Os mesmos consultores que promoviam as virtudes dos inventários enxutos pregam resiliência – a palavra da moda – para a cadeia de suprimentos. E a simples expansão dos estoques talvez não seja o suficiente, segundo Richard Lebovitz, presidente da LEANDNA, uma consultoria de cadeia de suprimentos. As linhas de produtos estão cada vez mais customizadas. “É cada vez mais difícil prever qual estoque você deve manter”, disse ele.

É provável que as empresas continuem adotando o sistema enxuto pela simples razão de que ele gera lucros. “A verdadeira questão é: vamos parar de perseguir o baixo custo como único critério de avaliação empresarial?”, disse Shih, o professor de Harvard. “Sou cético quanto a isso. Os consumidores não vão querer pagar por resiliência quando não houver crise.”

Venda direta é aposta do setor de orgânicos (07/06/2021)

O Estado de S. Paulo

O mercado de orgânicos no Brasil ganha força com diversos projetos inovadores, mas a participação desses produtos no consumo de alimentos como um todo ainda é baixa. Mesmo nas categorias “in natura”, como verduras, ovos e carnes, a

fatia dos produtos sustentáveis ainda é pequena, na maior parte vezes ficando abaixo de 1% das vendas totais. No entanto, empreendedores da agricultura orgânica encontraram uma forma de crescer sem depender de terceiros: estão pulando as grandes redes de varejo, e se relacionando diretamente com o consumidor. É um movimento que ainda carece de dados, conforme Virginia Lira, coordenadora da produção de orgânicos do Ministério da Agricultura. “Embora não tenhamos números, essa comercialização direta para o consumidor tem se intensificado – e o potencial de crescimento é grande”, explica. Hoje, a principal estatística do ministério refere-se ao cadastro de produtores orgânicos no País. São quase 25 mil propriedades trabalhando dentro de um modo sustentável de agricultura. Nos supermercados, embora os orgânicos movimentem cifras bilionárias, a fatia nas vendas é bastante discreta. As melhores participações estão em carnes (1% do total), frutas (1,2%) e outros vegetais (1,3%), de acordo com a empresa de pesquisa Euromonitor. A produção orgânica desses três setores, somada, movimentou quase R\$ 4,5 bilhões no ano passado, que projeta uma forte aceleração do consumo desses produtos nos próximos cinco anos.

A falta de dados e a participação ainda tímida dos orgânicos estão relacionadas à recente definição dos padrões de produção. “A lei dos orgânicos foi criada em 2003, mas entrou em vigor somente em 2011”, lembra Cobi Cruz, diretor da Organis, associação que reúne 80 empresas que trabalham ao menos parcialmente com produtos orgânicos. Pelos cálculos da Organis, a comercialização nas feiras cresceu 30% em 2020, ante um avanço de 6% das vendas nos supermercados. “O setor está criando caminhos alternativos para a distribuição”, diz Cruz.

Fazem parte da Organis, baseada em Curitiba (PR), empresas com uma longa trajetória no setor de alimentos que decidiram apostar na força dos orgânicos, como a Vapza (mais conhecidas por produtos embalados a vácuo) e a Jasmine (de produtos saudáveis). A “onda” dos orgânicos não passou despercebida pelas grandes marcas de alimentos: tanto a Sadia (da BRF) quanto a Seara (da JBS) lançaram novos produtos com o selo ao longo do último ano.

Entre as companhias voltadas 100% aos orgânicos, segundo especialistas, são comuns os projetos inovadores de distribuição. A paulista Raízs, por exemplo, já se classifica como “foodtech”. Com cinco anos recém-completados no mercado, a

companhia vem triplicando – ou até quadruplicando – de tamanho todos os anos. Hoje o negócio tem 30 mil clientes. Uma parte deles recebe as cestas de orgânicos por assinatura e outra compra diretamente no site. Por dia, o volume de produtos entregues aos consumidores chega a 10 a 12 toneladas, e eles são fornecidos por 820 produtores. O empreendedor cita que a relação com os produtores não é apenas comercial, mas inclui banco de sementes, oferta de aconselhamento de agrônomos e organização de quanto cada produto vai plantar, além de crédito. Com mais de 2 mil itens disponíveis em seu site, incluindo produtos como ovos, queijos e manteiga, a Raízs diz que hoje domina cerca de 25% do mercado de orgânicos online entregue em São Paulo. Abrahão diz que a empresa é saudável financeiramente, ao contrário de muitas startups, que queimam caixa para financiar o crescimento. Apesar de dizer que não precisa de recursos, reconhece que a chegada de um novo sócio pode ajudar a acelerar o negócio. “Temos muitos fundos interessados, mas a questão é achar um sócio que esteja alinhado com a gente.”

Atuando na produção de orgânicos, a Boa Terra já está na segunda geração de um negócio criado há 40 anos. Com a alavanca das vendas online, o negócio também teve um crescimento robusto. Hoje a produção do sítio da marca é comandada pelas filhas dos fundadores – um casal de holandeses. A empresa tem apostado na venda direta. Na pandemia o crescimento do comércio online do negócio foi de 300%. A empresa atende a 600 famílias semanalmente. O serviço de assinatura de cestas orgânicas, lançado pouco antes do início da pandemia de covid-19, no ano passado, já representa cerca de 20% das vendas da Boa Terra.

Além da produção e da distribuição de alimentos, o sítio se dedica ao turismo, recebendo escolas e famílias. Com a pandemia e a necessidade de isolamento social, a empresa manteve a visitação com a possibilidade de fazer piqueniques no local, com o devido distanciamento, conta Violeta Stoltenborg, uma das filhas dos fundadores da Boa Terra.

O Ministério da Agricultura, que é responsável pelo cadastro desses agricultores no País, diz que o consumidor tem diversas formas de conferir a origem do alimento. Nos supermercados, essa conferência é mais fácil, explica Virginia Lira, coordenadora da produção de orgânicos do Ministério da Agricultura. Segundo ela,

existem hoje 13 certificadoras de orgânicos no País – caso a pessoa queira conferir se o selo é real, basta entrar no site do ministério, que tem uma seção dedicada aos orgânicos. Já, para as feiras, que vendem a granel, o governo emite um certificado que o vendedor deve manter sempre consigo – é direito do cliente solicitar o documento. Virginia admite que o cadastro dos produtores orgânicos ainda é pouco intuitivo – para achar as informações, é necessário abrir e buscar dentro de um arquivo de Excel. Há um projeto de inserir esses dados em uma ferramenta de busca.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação - Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS (07/06/2021)

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalhar	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

Protocolos e Resoluções Aprovados pelo CONDEC						
Especificação	Quantidade	2020		Quantidade	2021 (Até Maio)	
		Investimentos Privados Projetados (R\$)	Emprego Direto Projetados		Investimentos Privados Projetados (R\$)	Emprego Direto Projetados
Protocolos (Atraídos)	39	881.278.406,90	7.296	13	66.902.080,54	1.297
Resoluções (Implantados)	19	165.696.341,37	1.965	2	48.222.455,48	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas)					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Mar
	17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051	6.750.217

Fonte: CIPP